

## Aviso para apresentação de candidaturas

Código do aviso	NORTE2030-2024-23
Data de publicação	31/05/2024
Natureza do aviso	Concurso
Âmbito de atuação:	Operações
Aprovado pela Deliberação CIC nº 10/2024/PL	

### Designação do aviso

#### Sistema de Incentivos de Base Territorial – Prioridades Territoriais

### Apoio para

Investimentos de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e/ou para a expansão ou modernização da sua atividade e que contribuam para o emprego e para a modernização e resiliência das economias locais, cf. critérios específicos previstos no presente Aviso.

### Ações abrangidas por este aviso

Investimentos de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e/ou para a expansão ou modernização da sua atividade e que contribuam para o emprego e para a modernização e resiliência das economias locais, cf. critérios específicos previstos no presente Aviso.

### Entidades que se podem candidatar

Micro e pequenas empresas com estabelecimento na região NUTS II Norte e que cumpram os requisitos de elegibilidade previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que define o regime geral de aplicação do Portugal 2030 e respetivos Fundos, e no artigo 72.º do Regulamento Específico Inovação e Transição Digital (REITD).

Não são beneficiários elegíveis as empresas que, independentemente da sua dimensão, assumam a forma de Empresário em Nome Individual e de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada.

Não são, ainda, beneficiários elegíveis para apoio os prestadores de serviços ou profissionais liberais, uma vez que não constituem formas jurídicas de empresa.

## Área geográfica abrangida

O presente aviso tem aplicação na região NUTS II Norte. A localização do projeto corresponde à do estabelecimento onde é localizado o investimento e onde se desenvolve a atividade regular da empresa.

Para o efeito, será verificada a informação da Autoridade Tributária constante da última Informação Empresarial Simplificada (IES) ou da declaração do início/alteração de atividade apresentada ou a comunicação de início da atividade/alteração de elementos entregue à Segurança Social, com identificação do estabelecimento.

Adicionalmente, poderá ser solicitada evidência sobre a utilização das instalações (título de propriedade, contrato de arrendamento ou outro).

## Período de candidaturas

De 31-05-2024 a 30-09-2024 (18h)

### Dotação fundo indicativa disponível neste aviso

5.500.000 Euros

### Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento

FEDER

60%

## Programa financiador

Programa Regional do Norte (Norte 2030)

## Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio

Autoridade de Gestão do Programa Regional do Norte (Norte 2030)

## Contactos para mais informações

Linha dos Fundos 800 10 35 10 (09:00-18:00h - gratuito)

Correio eletrónico: [linhadofundos@linhadofundos.pt](mailto:linhadofundos@linhadofundos.pt)

Correio eletrónico: [norte2030@ccdr-n.pt](mailto:norte2030@ccdr-n.pt)

### Finalidades e objetivos

O presente Aviso visa apoiar operações de investimento de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e/ou para a expansão ou modernização da sua atividade e que contribuam para o emprego e para a modernização e resiliência das economias locais nos termos e condições definidas no presente Aviso e enquadra-se no objetivo específico 1.3 «Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos»

### Dotação

<b>Programa</b>	PR Norte (Norte 2030)			
<b>Prioridade do Programa</b>	1A - Norte mais Competitivo			
<b>Objetivos específicos</b>	RSO1.3 - Crescimento e competitividade das PMEs			
<b>Tipologia de ação</b>	RSO1.3-01 - Investimento empresarial produtivo			
<b>Tipologia de intervenção</b>	RSO1.3-01-03 - Investimentos de base territorial (RSO1.3)			
<b>Tipologia de operação</b>	1042 - Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)			
<b>Fundo</b>	<b>Dotação Fundo</b>	<b>Taxa Máxima</b>	<b>Dotação Nacional</b>	<b>Fonte de Financiamento Nacional disponível</b>
PR Norte /FEDER	5.500.000	60%	N.A.	N.A.
<b>Dotação Global</b>	5.500.000		N.A.	N.A.

(Duplicar a tabela conforme as necessidades)

### Enquadramento em instrumentos territoriais

Não

### Legislação nacional

Tem política pública regulada ou contribui para uma Agenda ou Estratégia Nacional?

- Não  
 Sim. Qual?

Tem regulamento específico?

- Não  
 Sim. Qual? 2.ª alteração ao Regulamento Específico da área temática Inovação e Transição Digital (REITD) – Portaria nº 328-B/2023, de 30/10  
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/10/21001/0010800247.pdf>

## Ações elegíveis

Operações de investimento de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e/ou para a expansão ou modernização da sua atividade e que contribuam para o emprego e para a modernização e resiliência das economias locais, cf. critérios específicos previstos no presente Aviso.

## Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

Micro e pequenas que cumpram os requisitos de elegibilidade previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que define o regime geral de aplicação do Portugal 2030 e respetivos Fundos, e no artigo 72.º do Regulamento Específico Inovação e Transição Digital (REITD).

Não são beneficiários elegíveis as empresas que, independentemente da sua dimensão, assumam a forma de Empresário em Nome Individual e de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada.

Não são, ainda, beneficiários elegíveis para apoio os prestadores de serviços ou profissionais liberais, uma vez que não constituem formas jurídicas de empresa.

## Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações

Para serem suscetíveis de apoio, os beneficiários e as operações devem cumprir os requisitos de elegibilidade previstos nos artigos 14.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, e nos artigos 6.º, 7.º, 72.º e 73.º do REITD, e satisfazer ainda as seguintes condições específicas de acesso:

- a. Enquadrar-se numa das seguintes categorias:

### **Categoria “Lojas com História”:**

Constituem operações de qualificação de Lojas com História, tituladas por micro e pequenas empresas com sede ou representação formal na região NUTS II Norte (à data de submissão da candidatura), que respeitem a estabelecimentos abertos ao público e que, pela sua atividade e património material ou imaterial, constituam uma referência viva na atividade económica, cultural ou social local, estando classificadas como Lojas com História pelos respetivos municípios, de acordo com o enquadramento legislativo aprovado na Assembleia da República (Resolução da Assembleia da República n.º 100/2016) e de acordo com a Lei n.º 42/2017 de 14 de junho, evidenciado, à data de apresentação da candidatura, em <https://www.comerciocomhistoria.gov.pt/>.

**Categoria “Cultura e Criatividade”:** Operações que sejam promovidas por empresas com sede ou representação formal na região NUTS II Norte (à data de submissão da candidatura) e incidam nas atividades incluídas no setor “Cultura e Criatividade”, promovidas nas seguintes CAE (e desde que o beneficiário apresente volume de negócios na CAE do projeto, reportado na Informação Empresarial Simplificada (IES) do ano anterior):

#### **Atividades de impressão e reprodução de suportes gravados (CAE Rev 3)**

1814 - Atividades de encadernação e atividades relacionadas

#### **Atividades de edição (CAE Rev 3)**

5811 - Edição de livros

5813 - Edição de jornais

5821 - Edição de jogos de computador

**Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música (CAE Rev 3)**

5911 - Produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão

5912 - Atividades técnicas de pós-produção para filmes, vídeos e programas de televisão

5913 - Distribuição de filmes, de vídeos e de programas de televisão

5914 - Projeção de filmes e de vídeos

5920 - Atividades de gravação de som e edição de música

**Atividades de arquitetura, agências de publicidade, atividades de design, atividades de tradução e interpretação, aluguer de videocassetes e discos (CAE Rev 3)**

7111 - Atividades de arquitetura

7410 - Atividades de design

7420 - Atividades fotográficas

**Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias (CAE Rev 3)**

9001 - Atividades das artes do espetáculo

9002 - Atividades de apoio às artes do espetáculo

9003 - Criação artística e literária

9004 - Exploração de salas de espetáculos e atividades conexas

**Categoria “Certificação e alargamento da base territorial da competitividade”:**

Constituírem operações que incidam exclusivamente na certificação de produtos, serviços e processos e/ou na preparação de processos de certificação e respetiva obtenção dessa certificação inicial (exclui renovações para atualização de certificações existentes), enquanto fator indutor da promoção e da competitividade em territórios de Baixa Densidade (cf. Deliberação n.º 31/2023/PL), no âmbito do sistema português da qualidade (SPQ) ou de sistemas internacionais de certificação, de sistemas de gestão da qualidade, ou de outros sistemas de gestão não incluídos nas restantes tipologias e que sejam relevantes para a qualidade dos produtos, serviços, ou processos de gestão das empresas, bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total.

- b. Demonstrar dispor de fontes de financiamento para assegurar a realização da operação;
- c. Para efeitos de comprovação do estatuto de Micro ou Pequena Empresa, os beneficiários devem obter ou atualizar a correspondente Certificação Eletrónica prevista no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de junho, através do sítio do IAPMEI, I.P. – Agência para a Competitividade e Inovação;
- d. As operações a apoiar no presente aviso devem ter uma duração máxima de execução de 24 meses, exceto em circunstâncias excecionais, devidamente justificados e aceites pela Autoridade de Gestão ou Organismo Intermédio com competências delegadas;
- e. Dispor de contabilidade organizada, à data da candidatura;
- f. Não estar iniciado à data de apresentação da candidatura;
- g. Sem prejuízo das restrições sectoriais que decorram do enquadramento do apoio no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, na sua redação atual (relativo aos auxílios de minimis) e das exclusões já previstas regulamentarmente - Atividades financeiras e de Seguros (CAE 64 e 66), Defesa (incluídas na CAE 84) e Lotarias e outros jogos de aposta (CAE 92), **não são ainda enquadráveis no presente Aviso, com exceção das operações com enquadramento na categoria “Lojas com História”, projetos que incidam nas seguintes atividades e sectores de atividade:**

- a. Produção e distribuição de energia (Divisão 35 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - b. Transportes (Divisões 49 a 51 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - c. Atividades imobiliárias (Divisão 68 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - d. Construção e aluguer de equipamentos (Divisões 41, 43 e 77 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - e. Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados (Código 47730 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - f. Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos (Divisão 45 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - g. Comércio a retalho em supermercados e hipermercados (Código 47111 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - h. Comércio a retalho de tabaco, em estabelecimentos especializados (Código 47260 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3)),
  - i. Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados (Divisão 473 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - j. Comércio a retalho não efetuado em estabelecimentos, bancas, feiras ou unidades móveis de venda (Divisão 479 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3));
  - k. Alojamento (Divisão 55 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3)), **exceto em territórios de baixa densidade e para situações de requalificação** de unidades previamente existentes, à data da candidatura, comprovada por via do registo dessa atividade e da existência de volume de negócios na CAE no ano anterior ao da candidatura;
- h. Não são ainda enquadráveis, **para os projetos localizados no concelho de Matosinhos**, os que incidam na indústria transformadora (Divisões 10 a 33 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3), Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, na Divisão 47 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3), e da Restauração (Divisão 56 da Classificação de Atividades Económicas Rev 3 (CAE Rev 3)).
- i. Para projetos enquadrados na categoria “*Certificação e alargamento da base territorial de promoção da competitividade regional*”, estar localizado em territórios de Baixa Densidade (cf. Deliberação n.º 31/2023/PL),
- j. Ter, pelo menos, um ano de entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES) e respeitar a entidades que desenvolvam exclusivamente atividade económica com finalidade lucrativa;
- k. Nos casos em que as operações prevejam despesas enquadradas no n.º 3 do artigo 76.º do Regulamento Específico da área temática Inovação e Transição Digital (REITD), dispor do respetivo projeto de arquitetura aprovado pelas entidades competentes nos casos em que seja legalmente exigida a instrução de um procedimento de licença administrativa, ou ter apresentado a comunicação prévia na respetiva entidade nos casos em que seja legalmente permitido o procedimento de comunicação prévia, com os pareceres legalmente exigíveis, à data de apresentação da candidatura.

### Modalidade de apresentação de candidaturas

Individual

### Número máximo de candidaturas

1 (por beneficiário e por estabelecimento)

### Duração das operações

24 meses (exceto em casos devidamente justificados)

## Condições de atribuição de financiamento da operação

### TAXA DE FINANCIAMENTO:

A taxa de financiamento das operações elegíveis é 60% para os investimentos localizados em territórios de baixa densidade e de 50% para os investimentos localizados nos restantes territórios. Os apoios são concedidos ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo aos auxílios de minimis, na sua redação atual. Assim, sem prejuízo de outras disposições do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, salienta-se, de modo especial, que o montante total do auxílio de minimis concedido por um Estado-Membro a uma empresa única não pode exceder 300 000 EUR durante um período de três anos.

### NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATURAS:

Ao abrigo do presente aviso de concurso cada candidato apenas poderá apresentar uma candidatura e cada candidatura deve corresponder a apenas um estabelecimento.

### CONDIÇÕES DE SELEÇÃO

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis as operações que, para além de cumprimento as condições e requisitos de elegibilidade previstos na regulamentação aplicável e no presente Aviso, obtenham uma pontuação final de Mérito de Projeto (MP) igual ou superior 3,00. As operações elegíveis são objeto de hierarquização por ordem decrescente do MP (mérito relativo), e selecionadas até ao limite da dotação orçamental definida no presente Aviso para apresentação de candidaturas, fixando-se assim o limiar de seleção do concurso. Em caso de empate, será considerada por ordem decrescente a pontuação do critério B.

### OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários do presente aviso de concurso devem cumprir as obrigações previstas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, bem como as previstas nos artigos 11.º e 77.º do REITD e ainda as seguintes:

- a. Nas operações de infraestruturas com um prazo de vida útil previsto de, pelo menos, cinco anos, demonstrar que as mesmas asseguraram a resistência às alterações climáticas;
- b. No âmbito do cumprimento do Princípio «Não Prejudicar Significativamente» (DNSH), previsto no artigo 8.º do REITD, para além do cumprimento dos requisitos estabelecidos no REITD, designadamente no âmbito das obrigações previstas no artigo 77.º, n.º 3, os beneficiários devem assegurar, no decorrer da execução, que o investimento não prejudica significativamente nenhum dos objetivos ambientais estabelecidos no artigo 9.º do Regulamento (UE) 2020/852, de 18 de junho, do Parlamento e do Conselho, nos termos do artigo 17.º do mesmo Regulamento e respetivos atos delegados, devendo apresentar, até ao encerramento, uma autoavaliação do alinhamento dos investimentos a realizar com o referido Princípio.
- c. Realizar um mínimo de 25%, até à data do primeiro pedido de pagamento, dos capitais próprios previstos no plano de financiamento da operação (capital social, incorporação de suprimentos e prestações suplementares de capital);
- d. Manter atualizada a certificação de PME, sendo que a alteração do estatuto dimensional da empresa promotora para dimensão superior a pequena empresa devido a modificações na estrutura societária e/ou a cedências de posição contratual determinará a revogação da concessão do apoio.

Sempre que se verifique a operação dos bens objeto de apoio ao abrigo do presente Aviso com a finalidade de garantir financiamento bancário, a mesma é autorizada quando partilhada com as respetivas entidades públicas financiadoras,

conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 11.º do REITD, e efetuada de acordo com o previsto em Norma da Autoridade de Pagamento. Nestes casos, considera-se concedida a autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º do mesmo regulamento.

Para os projetos enquadrados na Categoria “Certificação e alargamento da base territorial da competitividade”, deve ainda ser comprovada a obtenção da(s) certificação(ões), até ao encerramento financeiro da operação, sob pena de inelegibilidade das despesas associados à preparação e obtenção dessa(s) certificação(ões).

#### ANO DE REFERÊNCIA:

No presente Aviso de concurso, o ano utilizado como referência de pré-projeto e para medição da condição de acesso relativa à autonomia financeira (n.º 1 e 2 do Anexo III do REITD) é ano de 2022 ou o ano de 2023, em função da Informação Empresarial Simplificada (IES) mais recente, disponível à data da candidatura.

#### AFETAÇÕES ESPECÍFICAS

A dotação Fundo Global do Aviso (5.500.000 Euros) é indicativa podendo ser ajustada em alta, nomeadamente em função dos níveis e qualificação da procura registada e/ou em circunstâncias e/ou motivos que a Autoridade de Gestão considere fundamentais para assegurar a execução das metas anuais e/ou finais do PR Norte 2030.

A referida dotação encontra-se repartida, indicativamente, pelas categorias do Aviso do seguinte modo:

- i) Categoria “Lojas com História”: 1.500.000 Euros, dos quais 500.000 Euros para Territórios de Baixa Densidade;
- ii) Categoria “Cultura e Criatividade”: 1.500.000 Euros, dos quais 500.000 Euros para Territórios de Baixa Densidade;
- iii) Categoria “Certificação e alargamento da base territorial da competitividade”: 2.500.000 Euros, exclusivamente para Territórios de Baixa Densidade.

Esta ventilação das dotações (por categorias e territórios) constitui a afetação mínima a atribuir às respetivas operações, caso a procura supere o referido valor. Caso não se mostrem necessárias as presentes afetações mínimas, os valores remanescentes serão integrados na dotação Fundo global.

#### Auxílios de Estado

- Aplicável?**      Enquadrar:
- Regulamento Geral de Isenção de Categoria
  - Auxílios *de minimis*
  - Notificação à Comissão Europeia
  - Serviço de Interesse Económico Geral
- Não Aplicável?**      Fundamentar:

## Formas de apoios

### Subvenção

Custos reais

Custos Unitários

Em programa

Data da decisão 00-00-0000

Nacional

Deliberação CIC nº XXXXXX

Montantes Fixos

Em programa

Data da decisão 00-00-0000

Nacional

Deliberação CIC nº XXXXXX

Taxa Fixa

7 % da taxa

Artigo

Artigo 54 (a)  
do Regulamento  
(UE)  
2021/1060

Financiamento não associado a custos

Data da decisão 00-00-0000

### Instrumento financeiro

## Custos elegíveis

### Categorias “Lojas com História” e “Cultura e Criatividade”

1- Nos termos do artigo 76.º do REITD, consideram-se elegíveis as seguintes despesas, desde que diretamente relacionadas com o desenvolvimento da operação:

a) Ativos corpóreos, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos, custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condições necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar, bem como a aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento;

b) Ativos incorpóreos, incluindo a transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, nacionais e internacionais, licenças, conhecimentos técnicos não protegidos por patente, e software standard ou desenvolvido especificamente para determinado fim;

c) Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing, serviços de arquitetura e engenharia relacionados e essenciais à implementação do projeto de investimento;

d) Custos incorridos com a participação em feiras e exposições no exterior, incluindo o aluguer do espaço, a construção e o funcionamento do stand;

e) Custos de serviços de consultoria especializados, prestados por consultores externos, que não constituam uma atividade contínua nem periódica, nem estejam relacionados com o normal funcionamento da atividade dos beneficiários, incluindo despesas com a intervenção de contabilistas certificados ou de revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento;

f) Custos associados à certificação de produtos, processos ou serviços, custos de conceção e registo de novas marcas;

g) Custos indiretos, com metodologia de custos simplificados, à taxa fixa de 7 % sobre o total dos custos diretos elegíveis.

2 - Em casos devidamente justificados pelo objetivo da operação, as operações podem ainda incluir a construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções.

#### **Categoria “Certificação e alargamento da base territorial da competitividade”:**

3 - Consideram-se elegíveis, de entre as previstas artigo 76.º do REITD, e desde que diretamente relacionadas com o desenvolvimento da operação, apenas as despesas relativas a custos com certificação de produtos, serviços e processos e serviços de consultoria especializados, prestados por consultores externos, que não constituam uma atividade contínua nem periódica, nem estejam relacionados com o normal funcionamento da atividade dos beneficiários, relativos à preparação de processos de certificação e respetiva obtenção dessa certificação inicial (exclui renovações para atualização de certificações existentes), no âmbito do sistema português da qualidade (SPQ) ou de sistemas internacionais de certificação, de sistemas de gestão da qualidade, ou de outros sistemas de gestão não incluídos nas restantes tipologias e que sejam relevantes para a qualidade dos produtos, serviços, ou processos de gestão das empresas, bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total e despesas com a intervenção de contabilistas certificados ou de revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento.

#### **Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa (Quando aplicável)**

1 - As operações suscetíveis de apoio devem apresentar um mínimo de despesa elegível total de 15.000 Euros e um investimento elegível total, aferido com base nos dados apresentados na candidatura, inferior a 300.000 Euros. Na sequência da análise, as candidaturas em que se venha a apurar uma despesa elegível total corrigida inferior a 15.000 euros não serão consideradas elegíveis para apoio. Em sede de encerramento e se devidamente justificado, nomeadamente face à verificação do cumprimento dos objetivos do projeto, poderá ser aceite pela Autoridade de Gestão uma despesa elegível inferior a 15.000 Euros.

2 - As despesas supra identificadas apenas são elegíveis se os bens e serviços adquiridos preencherem cumulativamente as seguintes condições:

a) Ser exclusivamente utilizados no estabelecimento do beneficiário onde se desenvolve a operação;

b) Ser adquiridos a entidades fornecedoras com capacidade para o efeito (em função da atividade desenvolvida pela empresa fornecedora/prestadora do serviço (CAE registada(s)) e seu objeto social);

c) Não ser adquiridos a empresas sedeadas em países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, conforme lista constante da Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, na sua redação atual, em conformidade com o n.º 1 do artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária, aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua redação atual;

d) Para as despesas das alíneas a) e b) do número 1 do ponto “Custos Elegíveis” do presente Aviso, ser amortizáveis e incluídas nos ativos da empresa beneficiária.

3 - Apenas é elegível a despesa declarada pelo beneficiário que seja considerada adequada, tendo em conta a sua razoabilidade, incluindo face às condições de mercado e com base em consulta a, pelo menos, 3 entidades fornecedoras com capacidade para o efeito (em função da atividade desenvolvida pela empresa fornecedora/prestadora do serviço (CAE

registada(s) e seu objeto social) e não relacionadas entre si, e que resulte de aquisições a terceiros não relacionados com o adquirente.

4 - Os apoios são concedidos ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro, relativo aos auxílios de minimis. Assim, sem prejuízo de outras disposições do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, salienta-se, de modo especial, que o montante total do auxílio de minimis concedido por um Estado-Membro a uma empresa única não pode exceder 300 000 EUR durante um período de três anos.

5 - O presente Aviso não contempla a elegibilidade de investimentos com quaisquer custos incorridos em data anterior à data da candidatura, incluindo os estudos de viabilidade.

6 - Os custos com a intervenção de contabilistas certificados ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento, incluídos na alínea c) do Ponto anterior, não podem exceder 5.000 euros.

7 - Os custos com a realização de estudos ou relatórios no âmbito do alinhamento da operação com o Princípio «Não Prejudicar Significativamente», conforme definido no artigo 8.º do REITD, incluídos na alínea c) do Ponto anterior, não podem exceder 15.000 euros.

8 – Não são elegíveis despesas com a aquisição de veículos automóveis, aeronaves ou qualquer outro material de transporte.

9 – A elegibilidade das despesas previstas na alínea c), e) e f) do n.º 1 e no n.º 3 dos “*Custos Elegíveis*”, fica condicionada à comprovação, em sede de apresentação de pedidos de pagamento, da existência do objeto da aquisição. A não disponibilização da evidência referida dará lugar à inelegibilidade da despesa.

10 - A elegibilidade das despesas previstas na alínea d) do n.º 1 dos “*Custos Elegíveis*”, “*Custos incorridos com a participação em feiras e exposições no exterior, incluindo o aluguer do espaço, a construção e o funcionamento do stand*”, fica condicionada à comprovação, em sede de apresentação de pedidos de pagamento, da inscrição na feira/exposição e à apresentação, na mesma sede, de registo de vídeo da participação em que seja inequivocamente visível a existência de publicitação do cofinanciamento. A não disponibilização das evidências referidas e/ou a inexistência de publicitação do cofinanciamento dará lugar à inelegibilidade da despesa.

**Formas de pagamento**       **Adiantamentos %**       **Reembolso**       **Contra fatura**

Os pagamentos aos beneficiários obedecem ao disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, no artigo 12.º do REITD, e no Regulamento n.º 944/2023, de 24 de agosto, que define os procedimentos a observar na realização de pagamentos aos beneficiários das tipologias de intervenção dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2030.

O beneficiário tem direito a receber um adiantamento inicial de 10% do valor total aprovado, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, processado quando se cumprirem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Devolução do termo de aceitação da decisão de aprovação assinado pelo beneficiário;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Identificação do NIB da conta a associar à operação e comprovativo da sua titularidade;
- d) Comunicação do início da operação, acompanhada da respetiva evidência documental.

### Indicadores de realização

<b>Programa</b>	PR Norte (Norte 2030)	
<b>Tipologia de intervenção</b>	RSO1.3-01-03 - Investimentos de base territorial (RSO1.3)	
<b>Tipologia de operação</b>	1042 - Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
RPO075	Grau de Realização do Investimento Apoiado	%
<b>Descrição</b>	Representatividade (em %) do investimento elegível realizado no investimento elegível aprovado	
<b>Método de cálculo</b>	Investimento Elegível Aprovado/Investimento Elegível Realizado x 100	

### Indicadores de resultado

<b>Programa</b>	PR Norte (Norte 2030)	
<b>Tipologia de intervenção</b>	RSO1.3-01-03 - Investimentos de base territorial (RSO1.3)	
<b>Tipologia de operação</b>	1042 - Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
RPR066	VAB pós-projeto – Valor Acrescentado Bruto após o final do projeto	Euros
<b>Descrição</b>	<p>VAB pós-projeto – Valor Acrescentado Bruto após o final do projeto</p> <p>Em que:</p> <p>Ano pós-projeto: entende-se por ano pós-projeto o segundo exercício económico completo após a conclusão do investimento, ou, no caso das operações do setor do turismo (no presente Aviso, apenas grupos 561, 563 da CAE Rev 3), o terceiro exercício económico completo;</p> <p>VBP = Volume de Negócios + Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade + Rendimentos Suplementares + Subsídios à Exploração Consumos Intermédios = Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Impostos Indiretos</p>	
<b>Método de cálculo</b>	<p>Valor Acrescentado Bruto após o final do projeto, dado pela diferença entre o Valor Bruto de Produção e os Consumos Intermédios após o final do projeto:</p> <p>VAB pós projeto = VBP pós projeto – Consumos Intermédios pós projeto</p>	

<b>Programa</b>	PR Norte (Norte 2030)	
<b>Tipologia de intervenção</b>	RSO1.3-01-03 - Investimentos de base territorial (RSO1.3)	
<b>Tipologia de operação</b>	1042 - Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
RCR01	Empregos criados nas entidades apoiadas	N.º
<b>Descrição</b>	Criação de emprego na empresa apoiada	
<b>Método de cálculo</b>	<p>Número de postos de trabalho criados na empresa, expressos em equivalentes a tempo inteiro (ETI), calculados da seguinte forma:</p> <p>Postos de trabalho (após operação) – Postos de trabalho (no ano pré-projeto)</p> <p>Os postos de trabalho a considerar devem decorrer das atividades apoiadas no âmbito da operação.</p> <p>O ETI anual corresponde à relação entre as horas de trabalho efetivamente trabalhadas durante o ano civil e número total de horas convencionalmente trabalhadas no mesmo período, de acordo com o estatutariamente estabelecido para a empresa.</p> <p>O indicador é apurado um ano após a conclusão da operação.</p>	

<b>Programa</b>	PR Norte (Norte 2030)	
<b>Tipologia de intervenção</b>	RSO1.3-01-03 - Investimentos de base territorial (RSO1.3)	
<b>Tipologia de operação</b>	1042 - Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
RPRO31	Volume de negócios	N.º
<b>Descrição</b>	Aumento do Volume de Negócios na empresa apoiada	
<b>Método de cálculo</b>	<p>Aumento do Volume de Negócios na empresa apoiada, entre o ano pré-projeto e o pós-projeto, calculado da seguinte forma:</p> $\left[ \frac{\text{Volume de negócios no ano pós-projeto} - \text{Volume de negócios no ano pré-projeto}}{\text{Volume de negócios no ano pré-projeto}} \right] \times 100.$ <p>O volume de negócios compreende os totais faturados pela empresa durante o período de referência e corresponde às vendas no mercado de bens e serviços fornecidos a terceiros, reportados na IES (Informação Empresarial Simplificada) do ano de referência.</p> <p>O indicador é aferido no ano pós-projeto, em que:</p> <p>Ano pós-projeto: entende-se por ano pós-projeto o segundo exercício económico completo após a conclusão do investimento, ou, no caso das operações do setor do turismo (Atividades incluídas no setor do Turismo: Divisões 55, 79, 90, 91, nos grupos 561, 563, 771, e as atividades que se insiram nas subclasses 77210, 82300, 93110, 93192, 93210, 93292, 93293, 93294, e 96040 da CAE Rev 3), o terceiro exercício económico completo.</p>	

## Consequências do incumprimento dos indicadores

Prosseguindo uma orientação para resultados diretos, para a empresa beneficiária, e indiretos, para a economia nacional e regional, gerados com a implementação das operações, é estabelecido um mecanismo de avaliação dos resultados gerados pela operação.

Serão objeto de contratualização e monitorização as metas previstas pelo beneficiário e aceites pela Autoridade de Gestão em sede de decisão. Ao aceitar a candidatura aprovada, o beneficiário compromete-se:

- a) Para efeitos do cumprimento do indicador de realização, com um Grau de Realização do Investimento Apoiado de 100% do aprovado em sede de aprovação da candidatura;
- b) com o cumprimento a meta contratualizada relativamente aos indicadores de resultado.

A avaliação de realização e resultados é realizada em dois momentos:

a. No encerramento financeiro da operação: com a apresentação dos dados sobre a conclusão física e financeira da operação, é avaliada a concretização dos objetivos subjacentes à aprovação da mesma e efetuada uma avaliação sobre o cumprimento do indicador de realização, aferindo a possibilidade de manutenção da intensidade de auxílio contratada face ao cumprimento dos objetivos contratuais;

b. Com referência ao ano pós-projeto, para o Indicador “VAB pós-projeto” e para o Indicador “Aumento do Volume de Negócios na empresa apoiada”, e também com referência aos 12 meses após a data de conclusão do projeto para o indicador “Postos de trabalho criados em entidades apoiadas”, sendo efetuada uma avaliação sobre o cumprimento dos indicadores de resultado, aferindo a possibilidade de manutenção definitiva da intensidade de auxílio contratada face aos resultados contratuais alcançados.

O ano pós-projeto corresponde ao segundo exercício económico completo após a conclusão do investimento, ou, no caso das operações do setor do turismo [Atividades incluídas no setor do Turismo: Divisões 55, 79, 90, 91, nos grupos 561, 563, 771, e as atividades que se insiram nas subclasses 77210, 82300, 93110, 93192, 93210, 93292, 93293, 93294, e 96040 da CAE Rev 3], o terceiro exercício económico completo.

No encerramento financeiro da operação, a avaliação referida na alínea a) é concretizada com o apuramento do indicador de realização “Grau de Realização do Investimento Apoiado”. A intensidade de auxílio contratada apenas é mantida se o “Grau de Realização do Investimento Apoiado” atingir, pelo menos, 80%. Se “Grau de Realização do Investimento Apoiado” apurado for inferior a 80%, a taxa de financiamento é reduzida da seguinte forma:

Grau de Cumprimento	Penalização da taxa de financiamento
] 80% - 70% ]	0,5 p.p.
] 70% - 60% ]	1,0 p.p.
] 60% - 50% ]	1,5 p.p.
< 50%	2,0 p.p.

Sem prejuízo das penalizações da taxa de financiamento decorrentes do apuramento de um “Grau de Realização do Investimento Apoiado” insatisfatório, as operações que não atinjam os objetivos essenciais previstos na decisão de

aprovação, pondo em causa as finalidades que determinaram a sua aprovação, em particular quando o “Grau de Realização do Investimento Apoiado” é inferior a 40%, podem ser objeto de revogação nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março.

Num segundo momento, a avaliação referida na alínea b) é concretizada com o apuramento do Resultado da Operação (RO), nos seguintes termos:

$$RO = 0,5 \frac{Ie_1}{I_1} + 0,5 \frac{Ie_2}{I_2}$$

Onde:

$Ie_1$  e  $Ie_2$  : correspondem aos valores reais apurados para o respetivo indicador de resultado no momento final de referência para o seu apuramento;

$I_1$  e  $I_2$ : correspondem aos valores dos mesmos indicadores de resultado contratualmente estabelecidos, em sede de decisão e termo de aceitação.

Para efeitos de apuramento do Resultado da Operação, dos três indicadores de resultado aplicáveis ao presente Aviso, são selecionados apenas os dois onde se verificarem melhores resultados.

A intensidade de auxílio contratada apenas é mantida se o “Resultado da Operação”, em percentagem, atingir, pelo menos, 80%, grau abaixo do qual a taxa de financiamento é reduzida em meio ponto percentual (p.p.) por cada dois p.p. abaixo do limiar referido, até ao máximo de 3 p.p..

Os resultados e as realizações fixadas na decisão de aprovação podem ser revistos pela Autoridade de Gestão após a decisão de aprovação e enquanto não for submetido o pedido de pagamento de saldo final, mediante pedido do beneficiário, quando se verificarem circunstâncias supervenientes, imprevistas e não imputáveis ao mesmo, e desde que a operação continue a observar as condições mínimas de seleção do respetivo aviso para apresentação de candidaturas.

Sem prejuízo das penalizações da taxa de financiamento decorrentes do apuramento de um *Resultado da Operação* insatisfatório, as operações que não atinjam os objetivos essenciais previstos na decisão de aprovação, pondo em causa as finalidades que determinaram a sua aprovação, em particular quando o “Resultado da Operação” é inferior a 40%, podem ser objeto de revogação nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março.

### Mecanismos de bonificação (Quando aplicável)

Não aplicável

**Critérios de seleção das operações aprovados em: 17/11/2023**

## Obrigações dos beneficiários em matéria de notoriedade, transparência e comunicação

Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, assegurando a inclusão das insígnias do Programa NORTE2030, do Portugal 2030 e da União Europeia nos estabelecimentos apoiados, no seu sítio da internet, e nos materiais de divulgação e comunicação. Esta obrigação vigora a partir da data da publicação do presente aviso convite.

Nos termos do da alínea d) do nº 1 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março, os beneficiários ficam obrigados a *“Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, assegurando a inclusão das insígnias do programa ou dos programas financiadores do Portugal 2030 e da União Europeia nas infraestruturas, no respetivo sítio da Internet, nos materiais de divulgação e comunicação, nomeadamente nos anúncios publicados ou editados por qualquer meio de comunicação, nos diplomas ou certificados, nos documentos relativos a seminários, ações de formação ou a outros eventos;”*.

Estabelece ainda o nº 2 do mesmo artigo que *“Para efeitos do disposto na alínea d) do número anterior, os beneficiários devem apresentar as insígnias do, ou dos, programas financiadores, do Portugal 2030 e da União Europeia, assumindo todos a mesma proporção e destaque, no respeito pelas orientações europeias, em todos os materiais e atividades de comunicação das operações, nomeadamente sítios na Internet, suportes de comunicação audiovisuais, publicitários, eventos, ou de qualquer outra natureza, com as seguintes especificidades:*

*a) Nos sítios na Internet dos beneficiários ou dos projetos, caso existam, deve ser garantida a visibilidade permanente dos elementos financiadores associados às operações cofinanciadas, e assegurada a disponibilização da descrição da operação apoiada, com elementos audiovisuais de apoio;*

*b) Nos edifícios, equipamentos ou ações imateriais apoiadas deve ser dado conhecimento do apoio com a aposição dos emblemas financiadores nos próprios equipamentos ou materiais, ou no edifício, em local de grande circulação, e com visibilidade e legibilidade adequadas;*

*c) Para operações cujo custo elegível financiado seja superior a € 500 000 é obrigatória a realização de um vídeo, com uma duração não inferior a um minuto, para apresentação da operação, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor às entidades financiadoras, podendo a realização do vídeo ser elegível em moldes a definir no aviso para apresentação de candidatura;*

*d) Para operações cujo custo total da operação seja superior a € 10 000 000 ou consideradas de importância estratégica, deve ser organizada pelo beneficiário uma atividade de comunicação.”*

### Tratamento de Dados Pessoais:

Os Beneficiários devem assegurar o cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 relativamente a dados pessoais que disponibilizem para efeitos de candidatura e sua execução.

## Outras entidades que intervêm no processo

Não Aplicável

## Processo de admissão e seleção das candidaturas

### Apresentação

#### Como se apresentam

As candidaturas são apresentadas online no Balcão dos Fundos, em [balcaofundosue.pt](http://balcaofundosue.pt), através de formulário eletrónico disponibilizado para o efeito.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão dos Fundos. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza da operação, da região ou do programa a que pretende candidatar-se.

Antes da submissão da candidatura, o beneficiário deve confirmar, completar e atualizar os seus dados de caracterização no Balcão dos Fundos, já que os mesmos serão utilizados na candidatura.

Para se candidatar, o beneficiário deve preencher o formulário de candidatura disponível no Balcão dos Fundos e entregar os documentos listados no Anexo A.1.

#### Quais são os critérios de seleção

As candidaturas são avaliadas de acordo com o Mérito do Projeto (MP), com base nos seguintes critérios de seleção:

- A. Mais-valia socioeconómica e ambiental do projeto
- B. Eficácia e eficiência do projeto

## Como funciona o processo de análise e decisão das candidaturas

### Calendário de candidaturas

<b>Abertura</b>	31-05-2024
<b>Fecho</b>	<b>30-09-2024 (18h)</b>
<b>Análise</b>	60 dias úteis após o fecho do Aviso
<b>Data-Limite para a comunicação da decisão aos candidatos</b>	5 dias úteis após a proposta de decisão

A Autoridade de Gestão pode suspender a receção de candidaturas no âmbito de presente Aviso a qualquer momento, através de comunicação prévia a publicar no website do Norte 2030 (<https://www.norte2030.pt/>) com uma antecedência mínima de 3 dias úteis em relação à data estabelecida para a suspensão.

### Processo de análise e decisão

A Autoridade de Gestão do Programa Regional do Norte, como programa financiador, pode suspender a receção de candidaturas no âmbito de presente Aviso a qualquer momento, através de comunicação prévia a publicar nos locais definidos no Ponto «Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas» com uma antecedência mínima de 3 dias úteis em relação à data estabelecida para a suspensão.

O processo de decisão das candidaturas integra quatro fases:

1. Verificação dos requisitos de elegibilidade dos beneficiários previstas na regulamentação geral e específica dos Fundos Europeus e no presente Aviso;
2. Verificação dos requisitos de elegibilidade definidos para a operação na regulamentação geral e específica dos Fundos Europeus e no presente Aviso;
3. Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados;
4. Decisão sobre o financiamento das operações, tendo em conta as disponibilidades financeiras.

Atendendo à natureza concursal do presente Aviso, a avaliação do mérito das operações compreende duas fases:

- Avaliação de mérito absoluto, que analisa a melhor relação possível entre o montante de apoio, as atividades realizadas e os resultados a atingir, assegurando o cumprimento da estratégia e objetivos do programa financiador, o âmbito de aplicação do FEDER e os princípios transversais aplicáveis;
- Avaliação de mérito relativo, que resulta da comparação do mérito da operação com o mérito das demais operações candidatas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas.

Para efeitos de avaliação do mérito das operações e de hierarquização das candidaturas avaliadas, é utilizado o indicador de Mérito do Projeto (MP), calculado através da seguinte fórmula, nos termos descritos no Referencial de Análise de Mérito constante do Anexo:

$$MP = 0,5 A + 0,5 B$$

em que:

A= Mais-valia socioeconómica e ambiental do projeto;

B= Eficácia e eficiência do projeto

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MP arredondado à centésima.

Para que possa ser elegível, a operação tem de obter uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00.

As operações elegíveis são objeto de hierarquização por ordem decrescente do MP (mérito relativo) e selecionadas até ao limite da dotação orçamental sem prejuízo do referido limite poder ser reforçado por decisão da Autoridade de Gestão, fixando-se assim o limiar de seleção do concurso. Em caso de empate, será considerada por ordem decrescente a pontuação do critério B.

## Decisão sobre as candidaturas

As Autoridades de Gestão ou os Organismos Intermédios analisam a informação constante do formulário de candidatura e os documentos anexos.

Após a data do fecho podem ser comunicadas decisões aos candidatos quanto à não admissibilidade das candidaturas, sempre que estas fundamentadamente não cumpram as condições de elegibilidade estabelecidas no presente Aviso.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida no prazo de 60 dias úteis contados a partir da data de fecho do Aviso.

Sem prejuízo de poderem ser solicitados aos candidatos, sempre que necessário, elementos em falta ou esclarecimentos, o referido prazo de decisão suspende -se por uma única vez, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, conforme previsto no n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março.

Os elementos solicitados, a que se refere o número anterior, devem ser remetidos à Autoridade de Gestão no prazo por esta fixado, o qual não pode ser superior a 10 dias, contados da receção do pedido de elementos adicionais, salvo se o candidato apresentar justificação e a mesma vier a ser aceite pela Autoridade de Gestão, na falta dos quais prossegue a análise da candidatura com os elementos disponíveis.

Após a notificação da proposta de decisão total ou parcialmente desfavorável, os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, a realização da audiência prévia suspende a contagem do prazo fixado para a adoção da decisão final.

O prazo supra referido para proferir a decisão não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados e pode ser alargado por até mais 30 dias:

- a) Em caso de apresentação de alegações em sede de audiência de interessados; ou
- b) Em situações excecionais devidamente fundamentadas, designadamente quando se registre uma elevada procura, devendo o novo prazo ser publicitado na primeira metade do prazo para decisão definido no aviso para apresentação de candidaturas.

As operações não apoiadas que, em resultado do processo de reapreciação, venham a obter um Mérito de Projeto que teria permitido a sua inclusão no conjunto das operações selecionadas, maior ou igual ao limiar de seleção, serão consideradas selecionadas e apoiadas no âmbito do presente concurso.

A decisão final é notificada pelas Autoridades de Gestão ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão, conjuntamente com o respetivo termo de aceitação.

## Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas

As entidades que se candidatam a apoio recebem as notificações da proposta de decisão e da decisão final:

- Na sua área reservada no Balcão dos Fundos;
- Através do serviço público de notificações eletrónicas (SPNE).

## Aceitação ou não aceitação da decisão

A decisão sobre as candidaturas pode ser de:

- a) Aprovação, total ou parcial face ao solicitado;
- b) Não aprovação;

c) Aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos, cuja verificação pode ocorrer em momento posterior, nos termos previstos na decisão de aprovação da Autoridade de Gestão, sob pena da respetiva caducidade.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura é feita pelo beneficiário mediante assinatura do termo de aceitação, através de assinatura digital qualificada, com atributos profissionais suficientes para o ato, que comprove os poderes de representação do beneficiário pelo subscritor, submetida no Balcão dos Fundos, exceto quando sejam invocadas circunstâncias excecionais que o impeçam, submetida no Balcão dos Fundos, no prazo de 30 dias úteis.

Com a assinatura do termo de aceitação os beneficiários ficam vinculados ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do regime jurídico aplicável.

## Onde são publicadas as listas das candidaturas aprovadas

As listas de candidaturas aprovadas são publicitadas no sítio da Internet do Programa Regional do Norte, enquanto programa financiador e do Portugal 2030, disponíveis em:

- P. R. Norte: Norte 2030
- Portugal 2030: Portugal 2030

## Pedidos de alteração à candidatura

Alterações aos elementos constantes do termo de aceitação estão sujeitas a nova decisão da Autoridade de Gestão.

É necessária a assinatura de um novo termo de aceitação, caso se trate de alterações aos elementos de identificação dos beneficiários e seus representantes legais, incluindo, quando aplicável, todos os que participam nas operações em cooperação, à identificação do programa, do fundo, da prioridade, do objetivo específico, da tipologia de intervenção e/ou operação ou, ainda, alterações ao montante do apoio público e a respetiva taxa de cofinanciamento, com explicitação das fontes de financiamento europeu e nacional ou aos indicadores de realização e resultado e às metas a atingir.

## Anexos

### Anexo A - Candidatura

#### 1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- Memória descritiva complementar do plano de investimentos e das opções estratégicas que o mesmo consubstancia e que fundamente o alinhamento com domínios prioritários da S3 Norte 21-27 e bem os parâmetros relevantes para a avaliação de mérito do projeto;
- Certidão Permanente da Empresa atualizada;
- Declaração de início de atividade comprovando o regime de contabilidade organizada
- Informação Empresarial Simplificada (IES) do ano pré-projeto (2022 ou 2023, cf. a última declaração disponível)
- Folhas de remunerações da segurança social (ficheiros resumo e extratos detalhados) referentes ao mês que preceda a submissão da candidatura;
- Outra informação complementar que o proponente considere relevante para a avaliação de mérito e para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação.

#### 2. Critérios de seleção

Para efeitos de avaliação do mérito das operações e de hierarquização das candidaturas avaliadas, é utilizado o indicador de Mérito do Projeto (MP), calculado através da seguinte fórmula, nos termos descritos no Referencial de Análise de Mérito constante do Anexo:

$$MP = 0,5 \times A + 0,5 \times B$$

em que:

- A = Mais-valia socioeconómica e ambiental do projeto;
- B = Eficácia e eficiência do projeto.

**A - Mais-valia socioeconómica e ambiental do projeto**

50%

A = 0,6 x A1 + 0,4 A2, em que:

**A1. Promoção da Eficiência Económica e da Competitividade da Economia = 0,4 x A1.i + 0,4 x A1.ii + 0,2 x A1.iii**

60%

Este critério pretende avaliar a adequação do projeto aos objetivos e medidas de política pública que justificam o apoio, avaliando o contributo do mesmo para:

**i) a relevância sectorial do projeto, avaliando-se o contributo do aumento do volume de negócios para a performance sectorial global:**

40%

**Relevância Sectorial Elevada:** Com o projeto o beneficiário prevê uma variação do volume de negócios (entre o ano pré projeto e no ano após a conclusão da operação) igual ou superior a 10% - **5 pontos**

**Relevância Sectorial Adequada:** Com o projeto o beneficiário prevê uma variação do volume de negócios (entre o ano pré projeto e no ano após a conclusão da operação) inferior a 10% e igual ou superior a 5% - **3 pontos**

**Relevância Sectorial Reduzida:** Com o projeto o beneficiário prevê uma variação do volume de negócios (entre o ano pré projeto e no ano após a conclusão da operação) inferior a 5% - **1 ponto**

**ii) o contributo para a geração de valor**, em que se a variação, em pontos percentuais, da taxa de VAB observada no pré-projeto e no pós-projeto. São, assim, avaliados os impactos da operação para a sua capacidade de gerar valor em cada unidade produzida, através da seguinte fórmula de cálculo<sup>1</sup>:

40%

$$\text{Variação (p.p.) da taxa de VAB} = \frac{VAB_{\text{pós projeto}}}{VBP_{\text{pós projeto}}} \times 100 - \frac{VAB_{\text{pré projeto}}}{VBP_{\text{pré projeto}}} \times 100$$

Neste sentido, as variáveis utilizadas para se aferir o contributo do projeto para a geração de valor são as seguintes:

- VAB<sub>pós-projeto</sub> – Valor Acrescentado Bruto após o final do projeto;
- VAB<sub>pré-projeto</sub> – Valor Acrescentado Bruto observado antes do início do projeto;
- VBP<sub>pós-projeto</sub> – Valor Bruto de Produção após o final do projeto;
- VBP<sub>pré-projeto</sub> – Valor Bruto de Produção observado antes do início do projeto

Sendo que:

VBP = Volume de Negócios + Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade + Rendimentos Suplementares + Subsídios à Exploração

- Consumos Intermédios = Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Impostos Indiretos
- VAB = VBP – Consumos Intermédios
- Ano pré-projeto: entende-se por ano pré-projeto o ano anterior à publicação do aviso para apresentação de candidaturas
- Ano pós-projeto: entende-se por ano pós-projeto o segundo exercício económico completo após a conclusão do investimento, ou, no caso das operações do setor do turismo<sup>2</sup>, o terceiro exercício económico completo.

Na tabela seguinte apresenta-se a grelha de avaliação final para o parâmetro relativo ao “Contributo para a geração

<sup>1</sup> A fórmula de cálculo baseou-se no mesmo parâmetro aplicado no âmbito dos avisos dos Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial na tipologia de inovação produtiva.

de valor”<sup>3</sup>. Tendo em conta o histórico de escalas de pontuação consideradas noutros instrumentos de política similares, como é o caso dos Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial de Inovação Produtiva, aplica-se neste parâmetro de análise a escala de 1, 3 e 5.

Tabela - Grelha de avaliação do parâmetro “Contributo para a geração de valor” do Subcritério A2. Promoção da Eficiência Económica e da Competitividade da Economia

Dimensão de análise	Descritor	Pontuação NORTE 2030
Contributo para a geração de valor	O projeto tem um efeito elevado na geração de valor, quando a variação (p.p.) da taxa de VAB é superior a 5,0 pontos percentuais	5
	O projeto tem um efeito adequado na geração de valor, quando a variação (p.p.) da taxa de VAB está compreendida entre maior que 0 e 5,0 pontos percentuais	3
	O projeto tem um efeito reduzido na geração de valor, quando a variação (p.p.) da taxa de VAB é igual ou inferior a 0 pontos percentuais	1

<sup>2</sup> Ano pós-projeto: entende-se por ano pós-projeto o segundo exercício económico completo após a conclusão do investimento, ou, no caso das operações do setor do turismo (Atividades incluídas no setor do Turismo: Divisões 55, 79, 90, 91, nos grupos 561, 563, 771, e as atividades que se insiram nas subclasses 77210, 82300, 93110, 93192, 93210, 93292, 93293, 93294, e 96040 da CAE Rev 3), o terceiro exercício económico completo;

<sup>3</sup> Os limiares para a variação (p.p.) da taxa de VAB foram calculados com base na informação histórica relativa aos projetos financiados no Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva (2014-2020). Em termos de distribuição, 13,4% das empresas com projetos no SI&IP observaram uma variação negativa na taxa de VAB, enquanto 42,0% registaram um aumento da taxa do VAB até 5 pontos percentuais. Por fim, 44,7% das empresas tiveram um aumento da taxa do VAB superior a 5 pontos percentuais.

iii) o efeito dos projetos sobre a sustentabilidade do emprego:

20%

**Efeito Elevado** – Com o projeto, o beneficiário **mantém, no ano pós-projeto**, todos os postos de trabalho existentes à data da candidatura com base em contratos por tempo indeterminado - **5 pontos**

**Efeito Adequado** - Com o projeto, o beneficiário **mantém, no ano pós-projeto**, pelo menos 50% dos postos de trabalho existentes à data da candidatura com base em contratos por tempo indeterminado - **3 pontos**

**Efeito Reduzido** - Com o projeto, o beneficiário **mantém, no ano pós-projeto**, menos 50% dos postos de trabalho existentes à data da candidatura com base em contratos por tempo indeterminado - **1 ponto**

**A2. Promoção da Competitividade e Coesão Regional = 0,4 x A2.i + 0,4 x A2.ii + 0,2 x A2.iii**

40%

Neste critério a operação é avaliada em função dos seguintes parâmetros:

i) o contributo do projeto para a coesão regional, nomeadamente por via do alinhamento das intervenções com os planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial relevantes, bem como com as políticas horizontais de nível comunitário, incluindo, quando aplicável e/ou pertinente, nos domínios do desenvolvimento sustentável, designadamente a sustentabilidade ambiental, e da igualdade de oportunidades e de género. Para o efeito, a entidade beneficiária deverá apresentar evidências da efetiva adoção ou intenção de adotar medidas concretas, designadamente:

40%

a. A empresa incorpora na sua gestão preocupações ambientais (regulamentos internos, orientações de gestão, processos de certificação energética ou ambiental) ou estas estão claramente evidenciadas no plano de negócios;

b. A empresa utiliza ou prevê utilizar fontes de energia renovável para autoconsumo no desenvolvimento da sua atividade;

c. A empresa dispõe de instrumentos ou prevê ações destinados(as) a promover uma gestão igualitária e não discriminatória dos recursos humanos ou destinados(as) a facilitar a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

**Contributo Elevado:** A candidatura **evidencia** o cumprimento de pelo menos dois dos três parâmetros – **5 pontos**

**Contributo Adequado:** A candidatura **evidencia** o cumprimento de um dos três parâmetros – **3 pontos**

**Contributo Reduzido:** A candidatura **não evidencia** o cumprimento qualquer um dos três parâmetros – **1 ponto**

ii) o alinhamento com as prioridades e os domínios prioritários da Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte 2021-27 (S3NORTE2027) **40%**

Este subcritério avalia o contributo do projeto para a competitividade regional, através do enquadramento nos domínios prioritários da Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte 2021-27 (S3 NORTE 2027) e do perfil de especialização do território de localização do projeto. Esta estratégia contempla a revisão dos domínios prioritários do anterior período de programação tendo sido definidos para cada um deles um racional de política pública de I&D e inovação e um diagrama de suporte que ilustra os recursos e ativos, as atividades económicas e as tendências internacionais de procura.

A S3 NORTE 2027 passou assim a dispor dos seguintes domínios prioritários agregados em três grupos (de acordo com a importância relativa de recursos e ativos, bases empresariais e procura): (i) Nucleares (Criatividade, Moda e Habitats; Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico; Sistemas Agroambientais e Alimentação; Mobilidade Sustentável e Transição Energética); (ii) Emergentes (Ciências da Vida e Saúde; Ativos Territoriais e Serviços do Turismo); (iii) Wildcards (Recursos e Economia do Mar; Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade).

Tratando-se de Sistemas de Incentivos e, deste modo, de apoio a empresas, o enquadramento de um projeto na S3 NORTE 2027 tem de considerar a relevância do seu perfil setorial de atividade económica nos domínios prioritários estabelecidos, nos termos dos respetivos racionais de especialização inteligente. As atividades económicas encontram-se inseridas na Base Empresarial, estabelecendo relações, a montante, com os Recursos e Ativos e, a jusante, com os Utilizadores Avançados. Na tabela seguinte apresenta-se a lista das bases empresariais enquadradas em cada domínio prioritário. A apresentação desta tabela não dispensa a leitura do documento da S3 NORTE 2027 com os racionais que sustentam cada um dos domínios de especialização inteligente, considerando os seus recursos e ativos, as suas bases empresariais e as dimensões da procura.

Tabela 1 - Domínios Prioritários e Bases Empresariais da S3 NORTE 2027

Domínios Prioritários S3NORTE 2027	Bases Empresariais
Criatividade, Moda e Habitats	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Têxtil, vestuário e acessórios de moda</li> <li>• Calçado</li> <li>• Mobiliário</li> <li>• Indústrias criativas</li> <li>• Fileira casa</li> <li>• Construção e materiais de construção</li> </ul>
Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fabricantes de máquinas e equipamentos</li> <li>• Fabricantes de componentes</li> <li>• Integradores de sistemas</li> <li>• Engenharia e gestão industrial</li> <li>• Informática industrial</li> </ul>
Sistemas Agroambientais e Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura, silvicultura e produção animal</li> <li>• Indústrias alimentares, das bebidas e embalagens</li> <li>• Bioenergias e refinarias</li> <li>• Serviços de natureza e ambiente</li> <li>• Água e gestão de resíduos</li> <li>• Indústrias de base florestal</li> </ul>
Mobilidade Sustentável e Transição Energética	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Automóvel</li> <li>• Mobilidade</li> <li>• Energia</li> <li>• Infraestruturas de transportes e logística</li> <li>• Ferrovia</li> <li>• Construção naval</li> <li>• Aeronáutica e espaço</li> </ul>
Ciências da Vida e Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dispositivos médicos</li> <li>• Farmacêutica</li> <li>• Turismo de saúde e bem-estar</li> <li>• Apoio social e atividade física</li> <li>• Cosmética</li> <li>• Prestação de serviços de saúde</li> </ul>
Ativos Territoriais e Serviços do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alojamento</li> <li>• Restauração</li> <li>• Infraestruturas e serviços de apoio</li> <li>• Agências de viagens e operadores</li> <li>• Animação turística e recreativa</li> </ul>
Recursos e Economia do Mar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Energias marinhas renováveis</li> <li>• Turismo costeiro, náutico e de cruzeiros</li> <li>• Portos, transportes e logística</li> <li>• Infraestruturas e serviços marítimos</li> <li>• Indústria naval e equipamento marítimo</li> <li>• Pesca, aquacultura e transformação</li> </ul>
Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologias de informação, comunicação e eletrónica</li> <li>• Digitalização empresarial</li> <li>• Tecnologias digitais disruptivas</li> <li>• Digitalização do Estado</li> <li>• Competências digitais</li> <li>• Conectividade e infraestruturas</li> </ul>

Considerando que se trata de uma estratégia de especialização inteligente de base regional, a análise de enquadramento deve também considerar o perfil de especialização económica no território de localização dos projetos. Um dos indicadores mais frequentemente utilizados em análise regional para este efeito é o Quociente de Localização (QL), o qual constitui um índice que relaciona a importância relativa de certo indicador em certa região com a importância relativa do mesmo indicador no conjunto das regiões.

Através do recurso ao QL para uma variável como o fundo aprovado FEDER nos Sistemas de Incentivos as Empresas no período 2014-2020 resultante do sistema de monitorização da estratégia regional de especialização inteligente, consegue-se compreender se um dado território, neste caso NUTS III, apresenta maior concentração num determinado domínio prioritário do que a Região do Norte. Assim, numa dada NUTS III, sempre que o QL, em termos de fundo FEDER aprovado, é superior a unidade, considera-se então essa subregião como especializada nesse domínio prioritário da S3 NORTE 2027 (na tabela seguinte encontram-se os cálculos com os QL por NUTS III e domínio prioritário).

**Tabela 2 - Grau de especialização das NUTS III nos domínios prioritários da S3 NORTE 2027 (Quociente de Localização – Fundo aprovado FEDER nos Sistemas Incentivos as Empresas 2014-2020)<sup>1</sup>**

NUTS III	Domínios prioritários S3 NORTE 2027							
	CMH	ISAF	SAA	MSTE	ATST	CVS	REM	TEES
Alto Minho	0,56	0,43	0,41	2,48	1,18	1,13	7,80	0,25
Cávado	1,36	1,27	0,36	1,02	0,19	0,75	0,15	0,88
Ave	1,56	0,98	0,94	0,54	0,08	1,02	0,09	0,14
Área Metropolitana do Porto	0,74	1,15	1,23	1,09	1,03	1,08	0,88	1,68
Alto Tâmega	0,75	0,25	1,97	0,00	5,59	0,27	0,00	0,00
Tâmega e Sousa	1,88	0,75	0,52	0,16	0,24	1,06	0,00	0,06
Douro	0,41	0,44	1,89	0,25	6,19	0,34	0,00	0,07
Terras de Trás-os-Montes	0,20	0,19	1,24	2,56	2,16	1,50	0,00	0,27

CMH (Criatividade, Moda e Habitats); ISAF (Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico); SAA (Sistemas Agroambientais e Alimentação); MSTE (Mobilidade Sustentável e Transição Energética); CVS (Ciências da Vida e Saúde); ATST (Ativos Territoriais e Serviços do Turismo); REM (Recursos e Economia do Mar); TEES (Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade)

Em termos de política pública, pretende-se promover as oportunidades de variedade relacionada a partir das áreas de especialização mais consolidadas nos diferentes territórios do Norte, nomeadamente, através da valorização dos projetos localizados nas NUTS III com maior nível de especialização no domínio prioritário objeto de enquadramento. Na tabela seguinte apresenta-se, para cada NUTS III, a majoração a ser aplicada consoante o grau de especialização nos domínios de especialização inteligente, atribuindo-se a majoração de 1 ponto quando o projeto incide numa NUTS III com um QL superior a 1, a majoração de 0,5 pontos quando o QL é maior que 0 e menor ou igual a 1 e nenhuma majoração quando o QL é igual a 0.

Tabela 3 - Majoração das NUTS III com maior especialização nos domínios prioritários da S3 NORTE 2027

	Domínios prioritários S3 NORTE 2027							
	CMH	ISAF	SAA	MSTE	ATST	CVS	REM	TEES
Alto Minho	0,5	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5
Cávado	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5
Ave	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	0,5	0,5
Área Metropolitana do Porto	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0
Alto Tâmega	0,5	0,5	1,0	0,0	1,0	0,5	0,0	0,0
Tâmega e Sousa	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	0,0	0,5
Douro	0,5	0,5	1,0	0,5	1,0	0,5	0,0	0,5
Terras de Trás-os-Montes	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,5

Especialização alta (DL=1)
  Especialização baixa (D=GL=1)
  Sem especialização (GL=0)

CMH (Criatividade, Moda e Habitats); ISAF (Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico); SAA (Sistemas Agroambientais e Alimentação); MSTE (Mobilidade Sustentável e Transição Energética); CVS (Ciências da Vida e Saúde); ATST (Ativos Territoriais e Serviços do Turismo); REM (Recursos e Economia do Mar); TEES (Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade)

Este subcritério é avaliado com base numa metodologia compósita que inclui, numa primeira componente, a avaliação do enquadramento nos domínios prioritários da S3 NORTE 2027 e, numa segunda componente, tendo em conta o perfil de especialização, uma majoração dos territórios com maior grau de especialização nesses domínios prioritários, conforme apresentado na grelha seguinte.

Tabela 4 - Grelha de avaliação

Dimensão de análise	Descritor	Pontuação
Enquadramento nos domínios prioritários da Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte 2021-27 (S3 NORTE 2027)	O projeto <u>não tem enquadramento nos domínios prioritários S3 NORTE 2027</u> tendo em conta que o seu foco não incide sobre um setor de atividade económica identificado nas bases empresariais de qualquer um dos domínios prioritários da S3, nos termos dos respetivos racionais.	3
	O projeto <u>tem enquadramento num domínio prioritário da S3 NORTE 2027</u> pelo facto do seu foco se dirigir para o desenvolvimento de uma base empresarial ou bases empresariais desse mesmo domínio prioritário da S3, nos termos estabelecidos no respetivo racional.	4
Majoração pelo perfil de especialização da NUTS III de localização do projeto	O projeto localiza-se numa <u>NUTS III com um perfil de especialização baixo</u> no domínio prioritário objeto de enquadramento correspondente a um Quociente de Localização superior a 0 e igual ou inferior a 1 utilizando a variável fundo aprovado FEDER nos Sistemas de Incentivos as Empresas no período 2014-2020.	+0,5
	O projeto localiza-se numa <u>NUTS III com um perfil de especialização elevado</u> no domínio prioritário objeto de enquadramento correspondente a um Quociente de Localização superior a 1 utilizando a variável fundo aprovado FEDER nos Sistemas de Incentivos as Empresas no período 2014-2020.	+1

iii) o contributo para os indicadores de realização e de resultado específicos no Programa/Aviso de Apresentação de Candidaturas, aqui relevando o indicador de realização “Empresas apoiadas através de subvenções”, para o qual relevará o próprio projeto, em caso de aprovação, e o indicador de resultado previsto no Programa Regional do Norte

20%

“Postos de trabalho criados em entidades apoiadas (ETI anuais)” (nos termos da definição do indicador supra descrita), avaliado por via da seguinte tabela:

**Tabela - Grelha de avaliação final para o parâmetro relativo ao “Contributo para os indicadores de realização e de resultado específicos no Programa/Aviso de Apresentação de Candidaturas”**

Dimensão de análise	Descritor	Pontuação NORTE 2030
Contributo para o Indicador de Resultado do Programa	O projeto prevê a criação de 2 ou mais postos de trabalho ETI, mantendo-os, pelo menos, até 12 meses após o encerramento do projeto	5
	O projeto prevê a criação de 1 posto de trabalho ETI, mantendo-o, pelo menos, até 12 meses após o encerramento do projeto	3
	O projeto não prevê a criação de postos de trabalho	1

**B - Eficácia e eficiência do projeto**

50%

$B = 0,7 \times B1 + 0,3 B2$ , em que:

**B1. Qualidade do Projeto =  $0,5 \times B1.i + 0,5 \times B1.ii$**

70%

Neste critério é avaliada a qualidade do projeto em função das seguintes dimensões:

**i)** a coerência e adequação do projeto e do plano de trabalhos face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados, devendo ser abordados os seguintes tópicos relevantes: 50%

a. principais características da atividade (atividades, processos e produtos a desenvolver, grau de inovação e diferenciação, setorial e territorial);

b. a estratégia definida (mercado alvo e potenciais clientes; fornecedores; pontos fortes e pontos fracos da empresa face aos seus concorrentes);

c. meios técnicos, físicos e humanos da empresa a mobilizar;

d. viabilidade e sustentabilidade económica do projeto (recursos financeiros a mobilizar; potenciais proveitos e seu realismo; mapa financeiro previsional);

e. a calendarização da execução.

**Elevada:** o candidato descreve muito bem o projeto e plano de trabalhos, incidindo em todos os tópicos relevantes e demonstrando de forma clara que o investimento a efetuar responde às necessidades identificadas e aos objetivos visados - **5 pontos**

**Suficiente:** o candidato caracteriza o projeto e plano de trabalhos de forma suficiente, incidindo em alguns dos tópicos relevantes e demonstrando de forma suficiente que o investimento a efetuar responde às necessidades identificadas e aos objetivos visados - **3 pontos**

**Insuficiente:** a caracterização do projeto e do plano de trabalhos apresenta-se muito incompleta ou com fragilidades e/ou incoerências relevantes - **1 ponto**

**ii)** o grau de inovação das ações e investimentos previstos no projeto por via, nomeadamente, de investimentos em fatores dinâmicos/imateriais de competitividade. 50%

Para o efeito, releva a representatividade do investimento em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível, abrangendo investimentos que favoreçam adoção das tecnologias e conceitos da Indústria 4.0 e a transição digital:

- a) Equipamentos e serviços especializados de transição digital (infraestrutura digital, comércio eletrónico, conectividade, digitalização, cibersegurança, etc.);
- b) Sistemas de certificação da qualidade (quer dos processos, quer dos equipamentos);
- c) Processos de certificação energética ou ambiental;
- d) Processos de certificação da segurança.

Nota: Os investimentos que contribuam para a obtenção das Certificações deverão estar devidamente identificados e desagregados, incluindo a proposta de implementação e investimentos associados.

**Elevado** - Percentagem do investimento do projeto em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível  $\geq 15\%$  - **5 pontos**

**Médio** - Percentagem do investimento do projeto em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível  $\geq 5\%$  e  $<15\%$  - **3 pontos**

**Reduzido** - Percentagem do investimento do projeto em fatores dinâmicos de competitividade sobre o investimento elegível  $< 5\%$  - **1 ponto**

## B2. Capacidade de gestão e implementação da operação

30%

Este critério é avaliado em função da adequação dos meios financeiros previstos para implementação do projeto, valorizando-se positivamente os meios libertos líquidos provenientes do pré-projeto (2022), em que

***Meios Libertos Líquidos (MLL) = Resultado líquido do período + Gastos/reversões de depreciação e de amortização + Imparidades + Provisões + Aumentos/reduções de justo valor***

Capacidade Financeira Elevada:  $MLL \geq 20\%$  do Investimento Elegível - **5 pontos**

Capacidade Financeira Adequada:  $10\% \leq MLL < 20\%$  do Investimento Elegível - **3 pontos**

Capacidade Financeira Reduzida:  $MLL < 10\%$  do Investimento Elegível - **1 ponto**

## Anexo B – Legislação aplicável a este Aviso

### Europeia

- Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu Mais, ao Fundo de Coesão, ao Fundo para uma Transição Justa e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e regras financeiras aplicáveis a esses fundos e ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, ao Fundo para a Segurança Interna e ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos.
- Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro, na sua redação atual, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis;
- Regulamento (UE) relativo a tratamento de dados pessoais 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho.

### Nacional

- Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027;
- Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos Fundos Europeus - FEDER, FSE+, o FC, FEAMPA, FTJ e FAMI para o período 2021-2027;
- Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital, na sua atual redação;
- Leis n.ºs 58/2019 e n.º 59/2019, ambas de 8 de agosto, sobre tratamento de dados pessoais.